

## PROJETO SEGUNDO TEMPO: CONFIGURANDO UM MODELO

**Bruno Duarte Moreira**

Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física/ FURG

**Fernanda Wanzeller Neves**

Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física / FURG, bolsista da Rede Cedes

**Leonardo Costa da Cunha**

Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física/ FURG

**Luciano Jahnecka**

Mestrando do Pós Graduação de Educação em Ciências da UFRGS

**Méri Rosane Santos da Silva**

Prof. Dra. do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento (DECC) – FURG,

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa da corporeidade (GEPEC)

Pesquisadora do Núcleo da Rede Cedes na FURG

### RESUMO

*O projeto Segundo Tempo é uma iniciativa do governo federal que busca a execução de programas de iniciação esportiva para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, esse trabalho tem o objetivo de analisar como este projeto se configura no contexto do modelo neoliberal de organização capitalista e não tem a finalidade fazer um relato de experiência, mas avaliar a implementação do Projeto **Segundo Tempo** na cidade do Rio Grande (RS), cuja execução é de responsabilidade do SESC do RS e está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade.*

### ABSTRACT

*The Project “Segundo Tempo” is an initiative of the Federal Government that aims at execution of programs of initiation in sports for children and young people in situation of social vulnerability. Thus, the aim of this work is to analyze as this project it configures in the context of the neoliberal model of capitalist organization and it don't have the purpose to make an experience story, but to evaluate the implementation of the Project **Segundo Tempo** in the city of Rio Grande (RS), whose execution is of responsibility of the SESC – RS and is being developed in partnership with the city department of education and culture.*

### RESUMEN

*El proyecto Segundo Tempo es una iniciativa del gobierno federal, que busca ejecutar programas de iniciación deportiva para niños y jóvenes en situación de vulnerabilidad social. Así, este trabajo tiene el objetivo de analizar como este proyecto se configura en el contexto del modelo neoliberal de organización capitalista. Sin tener la finalidad de hacer un relato de experiencia, se pretende evaluar la implementación del proyecto **Segundo Tempo** en Rio Grande (RS), cuya ejecución es de responsabilidad de (SESC/RS) y se está desarrollando en un trabajo conjunto con Secretaría de Educación y Cultura de la ciudad*

## 1) INTRODUÇÃO

O neoliberalismo tem sido considerado o novo modelo de produção capitalista e tem como objetivo enfrentar a crise do próprio sistema, de modo a perpetuá-lo enquanto proposta de organização social e política hegemônica. Na organização capitalista baseado no princípio do Bem Estar Social o Estado define, financia e implementa as políticas

sociais, centralizando todo o processo de execução das principais ações públicas. No modelo de produção neoliberal há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil.

Para dar conseqüência a esse modelo, foi “necessário” sobrepor a clássica separação entre o setor público e privado. Para tanto, foi constituído o Terceiro Setor, que engloba aquelas entidades que assumem tarefas que tradicionalmente competem ao setor público da sociedade, mas, juridicamente, não são consideradas instituições de direito privado. Dentro dessa categoria, as entidades mais conhecidas e que ganharam visibilidade são as ONG (Organizações Não-Governamentais), mas outras instituições também assumem esta conformação, tais como, no Brasil, as do Sistema S, SENAC, SESC, SENAI, SESI, SENAT, SENAR.

As políticas públicas de esporte e lazer não fogem desta conjuntura e um dos projetos importantes para a área é o Segundo Tempo, iniciativa do governo federal que busca a execução de programas de iniciação esportiva para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Dada a relevância que este programa vem assumindo no cenário das políticas públicas para o esporte, este trabalho tem o objetivo de analisar como o projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte se configura no contexto do modelo neoliberal de organização capitalista, especialmente, no que se refere à transferência de uma política pública para o Terceiro Setor, com a conseqüente desresponsabilização do Estado.

Este trabalho não tem a finalidade de fazer um relato de experiência, mas avaliar uma política pública governamental, dentro do atual modelo político-econômico, analisando a implementação do Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande (RS), cuja execução é de responsabilidade do SESC RS e está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade.

A importância de tal análise se justifica pois estas intervenções governamentais definem e/ou consolidam o papel que o esporte e o lazer assumem, cabendo à Educação Física analisar tais iniciativas, em especial, quando elas são permeadas de forte apelo midiático e adquirem legitimidade social e política, caso não sejam problematizadas.

Para efetivar tal proposta, subdividiremos o trabalho em três momentos: no primeiro, debateremos como vem se constituindo o modelo neoliberal de organização da sociedade contemporânea, no que se refere à implementação das políticas públicas; no segundo momento, enfocaremos o Esporte, identificando-o como atividade corporal que, em princípio, era associado à promoção da saúde e à formação de atletas, atualmente, é considerado como instrumento de “inclusão social” e de acesso à “cidadania”; no terceiro momento, discutiremos o Projeto Segundo Tempo na cidade do Rio Grande (RS), quando se percebeu que o programa cumpre o seu papel no que diz respeito a oportunizar a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, porém, se mostrou ineficaz no que se refere a superação da vulnerabilidade social e criar mecanismos de inclusão social.

## **2) POLÍTICA PÚBLICA: UMA BREVE ANÁLISE**

Independente dos problemas político-econômicos que envolvem o mundo esportivo é inegável que o esporte é um fenômeno que deslumbra e encanta. Como fenômeno sócio-cultural, o esporte vem se constituindo num foco de intervenção de políticas públicas.

A partir da década de 30, com o Governo Vargas, intensificam-se as relações entre Estado e esporte, “com o objetivo de um maior controle estatal sobre os clubes”<sup>1</sup>, devido a indisciplina que, segundo o governo, permeava a prática esportiva no país. “Além disso, as políticas esportivas deveriam ter o caráter moral e cívico, valendo-se assim do potencial

---

<sup>1</sup> MELO (2005:72)

‘educativo’ dos esportes, objetivando uma educação ‘sadia’ para a juventude brasileira”.<sup>2</sup> A partir dessa estratégia que visava controlar a sociedade através do desporto, foram instituídos projetos esportivos (jogos estudantis, parques infantis, colônias de férias etc.) e criados departamentos e superintendências esportivas, além de escolas superiores de educação física – civis e militares.

Entre 1946 e 1964 a organização da política esportiva não sofreu grandes alterações, contudo, o projeto de um país desenvolvimentista apostou nas construções e eventos emblemáticos. “Nesse período, tivemos a realização de uma Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 1950, e a construção de grandes estádios, tendo destaque o maior de todos, o Estádio Mario Filho ou Maracanã, no Rio de Janeiro”<sup>3</sup>. O desenvolvimento urbano-industrial do país fez surgir também um grande número de clubes esportivos.

Além disso, nos anos 70, foram retomados os jogos estudantis, tanto escolares como universitários, tendo como um dos princípios a revelação de talentos. Contudo, foi percebido um outro objetivo – não declarado – dessa esportivização nacional: a tentativa de despolitização da juventude.

Nos anos 80 a democracia já fazia parte da nova conjuntura política do país e o direito ao esporte passa a ser reivindicação popular. “No texto final da Constituição de 1988, tanto o lazer como os esportes são considerados direitos sociais ao lado dos já tradicionais, como saúde, educação, habitação, transporte etc.”.<sup>4</sup> Além disso, consolidam-se os projetos sociais e programas de iniciação esportiva para crianças e jovens carentes.

Dos anos 90 em diante “surgem novos discursos legitimadores das políticas públicas do esporte. Se a promessa de formação de novos talentos perde força, embora ainda se faça presente em algumas políticas, nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou da inclusão social”.<sup>5</sup>

Aliado ao processo de urbanização e o aumento geral da violência, a rua deixou de ser um lugar de lazer para se tornar um território do medo, do perigo, logo, evitado como um espaço de convivência. Concomitante a essa falta de espaço, constata-se a redução dos locais públicos reservados ao lazer, além da exploração comercial que reduz os ambientes destinados às práticas esportivas.

Atualmente muito se fala do esporte como meio de promoção à “cidadania”, de “inserção social”, porém, cabe o questionamento: o que significa essa cidadania? E a inclusão social? O esporte possui a capacidade de inclusão social e de cidadania? Tanto “cidadania” como “inclusão social” tornaram-se chavões, termos sem conteúdo, sem significado, ou, como afirma Melo, são expressões auto-explicativas e que estão na “moda”.

Embora seja notório que o esporte por si só não mudará a realidade da sociedade, permitindo “fugir”, nem que seja por algumas horas, da sua realidade social, pode ser que, para algumas crianças e jovens, esse seja o único meio de lazer que possuem. Todavia, outras questões sociais como educação, saúde e emprego continuam sem uma intervenção que efetivamente atendam as necessidades da população e as políticas públicas voltadas para o esporte vêm servindo tão somente para “camuflar” a realidade, amenizando a agonia social.

No entanto, as políticas públicas sempre foram tarefas assumidas pelo Estado, a nova conjuntura social do sistema capitalista – neoliberal – vem tornando comum o que é conhecido por parceria público-privado. Apesar do esporte ser considerado constitucionalmente como direito dos cidadãos, ele é alvo do chamado “terceiro setor”.

---

<sup>2</sup> Idem, p.73

<sup>3</sup> Idem, p.74

<sup>4</sup> Idem, p.76

<sup>5</sup> Idem, p.79-80

Assim, o Estado transfere a responsabilidade para organismos da sociedade civil, passando a gerenciar os programas e a execução é assumida por empresas privadas que vinculam suas marcas a tais projetos, ganhando visibilidade na mídia e, muitas vezes, recebendo isenção de impostos e verbas públicas. Esse modelo constitui o chamado esporte social que visa oportunizar a prática esportiva a crianças e jovens em situação de “vulnerabilidade social”. Mesmo se amparando em tal perspectiva,

dentro de uma análise da realidade política, constata-se que estamos vivenciando o fim do estado de bem-estar social, enquanto definidor de políticas públicas. Em outras palavras, o termo políticas públicas faz parte do passado. Em seu lugar, o poder do capital apresenta o modelo de Estado neoliberal, onde o marco central é tornar privado e submeter ao interesse do mercado qualquer atividade da vida social.<sup>6</sup>

Nesse novo modelo neoliberal regido pelas regras do mercado, sem a mediação do Estado, é que as políticas públicas destinadas ao esporte vêm se configurando. Ganha legitimidade a “boa vontade” de empresas, ONG e jogadores famosos, entre outras instituições, em financiar, gerenciar ou executar, um ou outro projeto social voltado ao desporto. Porém, é importante destacar também que “investir em esporte é um excelente negócio. [...] Qual empresa não deseja colar sua marca, sua imagem a um negócio que é identificado em todo mundo com vitória, beleza e solidariedade?”<sup>7</sup>

Assim, é possível constatar que o esporte não se configura como um direito social, “mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física em clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a ‘solidariedade’ de atletas, com a ‘responsabilidade social’ de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se direitos em troca de favores e assistência”.<sup>8</sup>

### 3) O ESPAÇO DO ESPORTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Existe um discurso consolidado na sociedade que estabelece uma positividade inquestionável ao esporte, ou seja, vincula-se o esporte à saúde e, atualmente, ao afastamento das crianças e jovens das drogas e da criminalidade. Entretanto, até que ponto isso é possível? No que se refere à vinculação entre esporte e saúde, muito se tem problematizado a respeito, desconstituindo “verdades” relacionadas ao sedentarismo, por exemplo, ou ainda aos atletas de alto rendimento que vivem a todo instante na busca da superação, sendo vistos como os ícones da saúde, da beleza e muitas vezes como os heróis da nação.

Sobre o esporte afastar as crianças e jovens do mundo do crime e das drogas, esse parece ser um discurso que está virando uma lenda urbana, pois, cada vez mais são criados novos projetos e entidades que desenvolvem programas esportivos. Todavia, ao mesmo tempo em que isso acontece, é crescente a miséria e a criminalidade que assola o país.

Os programas esportivos são importantes, porém, não é possível traçar uma relação linear e simplista entre o esporte e uma possível mudança social. Ele não pode ser rotulado como o “salvador da pátria”, já que as necessidades sociais brasileiras ultrapassam a simples inserção esportiva.

A mídia muitas vezes ajuda a reforçar a idéia de esporte como um meio de “inserção social”, de “cidadania”, mostrando casos esporádicos de jovens que se destacaram e ascenderam no mundo do esporte, reforçando que esse é o caminho possível para almejar uma “vida melhor”.<sup>9</sup> No entanto, a possibilidade de profissionalização e mobilidade social é para poucos e se isso não for problematizado os programas esportivos transformam-se em instrumentos de manipulação social.

<sup>6</sup> OLÉIAS, V.J. (1999:69) apud BRACHT & ALMEIDA (2003:88)

<sup>7</sup> QUEIROZ, Agnelo (2004:06) apud MELO (2005:91)

<sup>8</sup> MELO (2005:97)

<sup>9</sup> Fato evidenciado no programa Globo Repórter da TV Globo no dia 05/01/2007

Porém, a necessidade de consumo e a mercantilização esportiva é cada vez mais evidente e precisam ser problematizadas. Se o esporte se transformou em uma fonte inesgotável de lucro – através da mercantilização de seus produtos, que são cada vez mais diversos e dinâmicos – ele também se tornou o grande ícone dos meios de comunicação, com grande destaque para as emissoras de TV. “O esporte é um dos principais fenômenos sociais deste século. Em pouco mais de cem anos, passou de organização quase incipiente a atividade de destaque na indústria do entretenimento”<sup>10</sup>. Nos últimos tempos – embora em canais fechados – surgiu emissoras específicas para o esporte e esse ocupa grande parte da programação das TV tradicionais.

É possível perceber, também, uma grande transformação na relação praticantes/espectadores. O esporte, seja ele ao vivo ou televisionado, se configura em um espetáculo tão atraente que as pessoas estão deixando de praticá-lo para somente assisti-lo. O debate a respeito da relação espectador/praticante não é simples e não poderá ser aprofundado neste texto, no entanto, constata-se que ocorreram profundas mudanças no perfil dos espectadores esportivos. Hoje, o torcedor é um potencial consumidor, porém, é necessário observar que a capacidade econômica desses espectadores é bem maior se comparado ao perfil dos torcedores de 20 anos atrás, considerando aqueles frequentadores dos espaços em que o esporte de alto rendimento acontecia e os que possuem condições econômicas que permitam a aquisição de serviços como os de pay-per-view.

Somado ao espetáculo pelo qual se tornaram os eventos esportivos – mercadoria – a mecanização do esporte de alto rendimento também é um dos fatores responsáveis pelo distanciamento da prática esportiva dos assim chamados “praticantes”. Os padrões de conhecimentos específicos de um esporte de alto rendimento não fazem parte dos saberes dos praticantes “comuns”, que acabam se considerando despossuídos de tal habilidade, trocando a prática pela assistência. A atividade esportiva profissionalizada há muito deixou de ser uma manifestação “natural” do corpo, ela é uma expressão mecânica, padronizada, fora do alcance da corporeidade dos “simples mortais”. Assim,

a evolução da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática. Em matéria de esporte, estamos freqüentemente, na melhor das hipóteses, no estágio da dança do século XIX, com profissionais que apresentam para amadores que ainda praticam ou praticaram; mas a difusão favorecida pela televisão introduz cada vez mais espectadores desprovidos de qualquer competência prática e atentos a aspectos extrínsecos da prática, como o resultado, a vitória.<sup>11</sup>

Ainda de acordo com Bourdieu, há um “contínuo aumento da ruptura entre profissionais e amadores”<sup>12</sup>, reforçados pela indutiva mídia. Portanto, embora exista um forte investimento no sentido de ressaltar o potencial educativo do esporte, é visível que o caminho que se segue é a da mercantilização e profissionalização, em que o esporte é uma prática para poucos. “A visão original do esporte, de que ‘o importante é competir’, está quase extinta. Hoje o importante mesmo é ganhar, para mostrar ao mundo suas bandeiras, as marcas de seus patrocinadores”.<sup>13</sup>

#### **4) O PROJETO SEGUNDO TEMPO EM RIO GRANDE NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Depois da reflexão sobre as políticas públicas de esporte e o papel do terceiro setor na implantação dessas políticas, além das concepções de esporte, parte-se para análise de

<sup>10</sup> DAMATO & POMBO (2000:01)

<sup>11</sup> BOURDIEU (1990:218)

<sup>12</sup> Idem, p.217

<sup>13</sup> DAMATO & POMBO (2000:01)

um projeto que vem sendo desenvolvido pelo governo federal, que é o Projeto Segundo Tempo, caracterizado como

um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contra-turno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania.<sup>14</sup>

Esse projeto que em nível nacional foi implantado em meados de 2003, no município de Rio Grande/RS, desenvolveu-se a partir de 2006, sendo executado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que é uma entidade privada que promove ações destinadas ao que denomina “bem-estar social”, atuando nas áreas da “saúde, educação, cultura, esporte e lazer”.<sup>15</sup>

Além de Rio Grande, mais 16 municípios do RS desenvolvem o programa sob a tutela do SESC. O projeto tem como metas, abranger 6800 crianças entre 7 e 13 anos, sendo 10%, ou seja, 680 vagas, destinadas a crianças com necessidades especiais. Cabe ressaltar que em Rio Grande o projeto abrangeu estudantes de 7 a 16 anos e não houve atendimento de crianças com necessidades especiais.

Ao todo, 329 profissionais estão envolvidos no projeto no Estado, que teve um período de funcionamento de 10 meses (de maio/ 2006 a março/ 2007). Cada município abrigaria 400 crianças, sendo que, em Rio Grande, elas foram distribuídas e selecionadas em 4 escolas da rede municipal. Cada escola deveria selecionar 100 crianças, sendo 50 no turno da manhã e 50 no da tarde, sempre no horário inverso ao do ensino regular da escola.

No documento apresentado pelo SESC para execução do projeto, a área de intervenção não se restringeria somente à Educação Física. Paralelamente a essa área, o reforço escolar fazia parte do projeto. Atualmente, o projeto abrange 16 monitores, sendo 8 da Educação Física, 4 da Pedagogia, 3 de Letras e 1 da Educação Ambiental.

As aulas foram ministradas sempre em duplas, com um monitor de Educação Física e outro de área distinta, e acontecia três vezes por semana – as segundas, quartas e sextas-feiras –, com duração de 3 horas<sup>16</sup>. Destas, parte do tempo era destinado à Educação Física – com metade da turma – enquanto a outra metade participava das atividades de reforço escolar. Entre esses períodos os alunos recebiam alimentação e, posteriormente, trocavam de monitor e, conseqüentemente, de atividade. O reforço alimentar costuma ser um lanche, variando nos três dias da semana. Os participantes do projeto também receberam camiseta, abrigo, meia e tênis.

O material para a execução das atividades (bolas, folhas, cadernos, lápis, caneta hidrocor, entre outros) foram cedidos primeiramente pelo SESC e pela SMEC. Após 3 meses do início do projeto o governo federal enviou material esportivo, que foram confeccionadas pelos reeducandos do complexo penitenciário da grande Florianópolis – São Pedro de Alcântara – através do projeto “Pintando a Liberdade”.

Em Rio Grande, o projeto foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Rui Poester Peixoto do bairro São Miguel, na E.M.E.F. Admar Correa do bairro Santa Tereza, na E.M.E.F. Sant’ana do bairro América e no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), localizado no campus Carreiros da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e onde funciona paralelamente a E.M.E.F.

<sup>14</sup> [http://www.upv.org.br/SegundoTempo/manual\\_diretrizes\\_orientacoes\\_segundotempo.pdf](http://www.upv.org.br/SegundoTempo/manual_diretrizes_orientacoes_segundotempo.pdf). Acessado em 06/07/2006

<sup>15</sup> <http://www.sesc-rs.com.br/home/sobre/index.htm> Acessado em 15/01/2007

<sup>16</sup> Desde janeiro de 2007, devido às férias escolares, o Projeto Segundo Tempo passou a ser realizado somente no turno da manhã, nos mesmos dias da semana (segundas, quartas e sextas-feiras), porém, a partir de 19/01/2007, devido à mudança de horário dos plantões administrativos das escolas, as atividades passaram a ser realizadas as terças e quintas-feiras, coincidindo com a abertura dessas instituições de ensino.

Cidade do Rio Grande. Essas escolas foram selecionadas pelo SESC juntamente com a SMEC, sendo que os requisitos alegados para tal seleção foram espaço físico e vulnerabilidade social da comunidade.

A seleção dos alunos ficou a cargo da direção de cada escola, sendo que o projeto tinha como foco crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Contudo, é possível perceber que das 4 escolas selecionadas, somente 2 atenderam a este requisito, ou seja, indicaram aqueles crianças “carentes” e que possuem alguma dificuldade de relacionamento, comportamento etc. Por outro lado, as outras duas escolas selecionaram, alunos com outras possibilidades de acesso a diferentes meios culturais e de lazer.

Embora o Segundo Tempo em Rio Grande tenha continuado em atividade até março de 2007, a escola Sant’ana decidiu encerrar suas atividades juntamente com o término do ano letivo de 2006, enquanto a escola Admar Correa teve uma grande evasão de alunos do projeto, problema esse que já vinha sendo também enfrentado pela escola Sant’ana. Já na escola Rui Poester Peixoto e no CAIC, onde o público alvo foi selecionado tendo como referência a “vulnerabilidade social”, mesmo assim, no encerramento do ano letivo, o CAIC também apresentou forte evasão, enquanto na escola Rui Poester – que talvez tenha as crianças com maiores dificuldades econômicas e sociais – mesmo tendo uma diminuição de alunos, era freqüentado por um número considerável de crianças.<sup>17</sup>

Para atender a essas crianças, o projeto propõe como objetivo geral para o Programa Segundo Tempo, “contribuir com o desenvolvimento físico, psíquico, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes através de atividades de esporte e lazer”<sup>18</sup>. Além disso, “o projeto contempla metodologia que possa viabilizar a crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, o conhecimento e a vivência do esporte e do lazer; a possibilidade da convivência coletiva e, através das ações apresentadas, a inclusão social e conseqüentemente, a melhora do seu padrão de qualidade de vida”.<sup>19</sup> Sendo assim, o SESC justifica sua intervenção nas políticas públicas de esporte dizendo que:

no Brasil, a intervenção do Estado sempre teve papel marcante no ordenamento das políticas públicas, com o claro objetivo de promover um Estado de bem-estar social. Porém, nunca foi possível estabelecer um sistema integral de proteção, mas, sim, um projeto parcial de *welfare state*. A proposta de assistência social brasileira burocrática e ineficiente, sempre se mostrou incapaz de atender as demandas existentes, causando um processo de estagnação caracterizada pelo mau gerenciamento dos programas e projetos sociais.

A falta de foco de atuação, a falta de investimentos e a má alocação dos recursos, aliadas a política econômica nacional e ao processo de globalização, fizeram com que os resultados e os impactos dos programas e projetos fossem inexpressivos, contribuindo significadamente para o agravamento da desigualdade e exclusão social.<sup>20</sup>

O SESC, através de seu projeto, acredita que, ao implementar tais políticas públicas de esporte, beneficiam todo o meio social atingido pelo mesmo e não apenas o aluno participante, pois, de acordo com tal:

---

<sup>17</sup> Acredita-se que a maior assiduidade de crianças na escola Drº Rui Poester Peixoto se dá também, pelas baixas condições econômicas da comunidade escolar, sendo assim, essa não possui outras alternativas nem possibilidades de acesso ao lazer, à recreação e ao desporto de forma orientada. Porém, crê-se que a seleção de estudantes de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental foi um dos principais fatores que contribuíram para a presença e continuidade dessas crianças no projeto, pois, elas têm a oportunidade de praticar esportes entre outras atividades relacionadas à educação física, que não possuem na educação regular da escola, tendo acesso a distintas bolas, a quadra poliesportiva, orientação de um monitor de educação física etc., ou seja, são objetos, espaços e profissionais que não costumam fazer parte do currículo dos anos iniciais das escolas públicas.

<sup>18</sup> SESC (2005:07)

<sup>19</sup> Idem, p.04

<sup>20</sup> Idem, p.06

as práticas esportivas e de lazer oferecidas acabam por beneficiar não somente aqueles que participam diretamente das atividades. Pela mudança de hábitos, descoberta de novos conceitos, convivência, possibilidade de compartilhar novas experiências e do aprendizado, entende-se que essas possibilidades acabam por elevar em nível a qualidade de vida das crianças e jovens.

Dessa forma, inseridos em diversas comunidades em situação de vulnerabilidade social, os participantes do programa acabam por levar até essas comunidades suas experiências que, indiretamente, também estarão sendo beneficiadas.<sup>21</sup>

Com o que já foi discutido nos tópicos anteriores, é possível constatar que o Programa Segundo Tempo em Rio Grande se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que o terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado. Além disso, o discurso apresentado pelo SESC considera o esporte como o “salvador da pátria”, como o promotor da “cidadania” e de “inserção social”, amenizando o risco social pelo qual passam crianças e jovens desfavorecidos economicamente.

Seria o Segundo Tempo capaz de cumprir de cumprir tal tarefa? Pode-se responder tal questionamento seguindo dois pontos de vista. Por um lado, pode-se afirmar que o projeto cumpre seu papel no que diz respeito a oportunizar a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, possibilitando o convívio e aprendizados diferentes do cotidiano. Por outro lado, entende-se que os objetivos de superar a vulnerabilidade social e criar mecanismos de inclusão social, não estão ao alcance deste tipo de projeto, pois embora tenha se verificado que muitos alunos mudaram seus comportamentos, aguçando seus interesses pelo esporte, é sabido que fora dos muros da escola a realidade daquelas crianças é bem diferente e não foi alterada.

Além disso, as atividades esportivas, aliadas à pretensa necessidade de complementar a educação escolar com práticas que ocupem o tempo ocioso das crianças e jovens, são apresentadas de forma linear e sem contradições, como uma prática social que contribui para a formação do indivíduo e para a promoção da saúde. No entanto, embora o projeto possa propiciar alguns momentos de prazer e alegria, é evidente que não serão programas isolados e temporários que alterarão as injustiças sociais que vivemos. Ou seja, não será uma política de esporte que superará a exclusão social, mas ações políticas voltadas à educação, à saúde, ao emprego, à moradia, à infra-estrutura urbana de modo geral.

## 5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem falado que o esporte é o “caminho” pelo qual crianças e jovens, oriundos de comunidades desfavorecidas economicamente, podem mudar sua vida, tendo a possibilidade de um futuro promissor. Embora o discurso ganhe diferentes contornos a cada período histórico-político do país e ainda que se produza várias possibilidades de releitura do esporte, a referência continua a ser o do alto rendimento. Tenta-se aplicar alguma base teórica que fuja dos modelos padronizados e profissionalizantes, mas o foco, quase sempre, vem convergindo para os padrões estipulados pela indústria do esporte.

Apesar de o esporte há muito fazer parte de políticas públicas e, hoje, mais do que nunca, de um novo modelo político, que são as parcerias público-privadas, com o discurso de promover a “inserção social” e a “cidadania”, muito pouco, ou praticamente nada, tem mudado em relação à desestruturação social da população brasileira.

A participação do terceiro setor nessas políticas consolidadas pelo sistema neoliberal vem permeando as intervenções econômicas e culturais, ou seja, as políticas sociais vêm sendo, em sua maioria, intermediada pelo aumento da participação de

---

<sup>21</sup> Idem, p.06



instituições do terceiro setor e a diminuição da interferência e responsabilidade do Estado no financiamento e implementação destas políticas públicas.

O Projeto Segundo Tempo é um dos exemplos a serem citados como modelo neoliberal de execução de programas sociais. Esse projeto, em Rio Grande, é implementado pelo SESC e vem cumprindo uma função que deveria ser do Estado. Tal instituição justifica sua participação nesse projeto devido ao burocrático e ineficiente gerenciamento dos programas e projetos sociais pelo governo, tornando-se incapaz de atender as demandas existentes.

A primeira vista, poderíamos questionar como o governo federal transfere o financiamento de um programa para uma entidade que o classifica de incompetente e despreparado? No entanto, esta contradição é aparente, pois o que se constata é a consolidação de um novo modelo de ação social, em que ao Estado interessa criar a legitimar tal intervenção para que, pouco a pouco, estas políticas sejam assumidas por organismos da sociedade civil.

Além disso, conclui-se que esta concepção salvacionista imputada ao esporte parece ser, ao mesmo tempo, um descaso e uma utopia, pois o Estado deixa de cumprir um direito social definido constitucionalmente e, ao mesmo tempo, consolida na sociedade um discurso fantasioso. A prática esportiva, através de políticas públicas, pode sim exercer importante diferencial para uma comunidade, oportunizando além do desporto, o lazer, a recreação, entre outros. Entretanto, isoladamente, as atividades propostas em um projeto social como o Segundo Tempo não tem possibilidade de cumprir o objetivo que lhe tem atribuído, de ser um mecanismo de “inclusão social” e de constituição da “cidadania”.

## 6) REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 218.

BRACHT, Valter & ALMEIDA, Felipe Quintão de. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 7-210, maio 2003.

BROHN, Jean-Marie. **Sociologie politique du Sport**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1976.

DAMATO, Marcelo & POMBO Cristiano Cipriano. **Mais alto, mais forte, mais rápido (talvez menos humano)**. São Paulo: Folha Olímpada 2000, 20 de junho de 2000.

[http://www.upv.org.br/SegundoTempo/manual\\_diretrizes\\_orientacoes\\_segundotempo.pdf](http://www.upv.org.br/SegundoTempo/manual_diretrizes_orientacoes_segundotempo.pdf)

Acessado em 06/07/2006

<http://www.sesc-rs.com.br/home/sobre/index.htm> Acessado em 15/01/2007

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SESC (Serviço Social do Comércio) **Documento para análise de projeto, programa Segundo Tempo**. Porto Alegre: SESC, 2005.

THOMAS, R., HAUMONT, A. e LEVET, J.L. **Sociologia del Deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1987.

Méri Rosane Santos da Silva  
R. Barão de Santa Tecla, 634  
Pelotas – RS  
[meri.sul@terra.com.br](mailto:meri.sul@terra.com.br)  
[gepec@furg.br](mailto:gepec@furg.br)